

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.163 - RS (2019/0208478-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

RECORRIDO : PRINCE RODRIGUES MARQUES

RECORRIDO : RONALDO DA SILVA RODRIGUES

**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO -
RS032676**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

DECISÃO

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL** interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele Estado** no Recurso em Sentido Estrito n. 70078709581 (CNJ n. 0236170-50.2018.8.21.7000).

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal, 74, § 1º, 413, *caput*, 414, *caput*, todos do Código de Processo Penal.

Para tanto, argumenta que "no entendimento dos integrantes da Câmara local, os depoimentos de testemunhas que não presenciaram o fato, mas que ouviram comentários acerca da autoria delitiva, os quais indicaram os réus RONALDO e PRINCE como sendo os executores, não configuraria suporte suficiente para a manutenção da decisão de primeiro grau", entretanto, "a pronúncia se contenta com a mera possibilidade de serem os réus os autores do fato delituoso que lhes foi imputado, situação perfeitamente caracterizada na espécie, a partir dos elementos de convicção valorados pelos julgadores na segunda instância" (ambos à fl. 744).

Sustenta: "os apontamentos das testemunhas incriminando os réus, constantes do acórdão recorrido, constituem prova suficiente para a formação de um juízo de probabilidade quanto à implicação dos recorridos no delito, ensejando a submissão a julgamento pelo Tribunal do Júri" (fl. 747).

Requer o provimento do apelo extremo a fim de que seja

restabelecida a decisão de pronúncia.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 765-777) e admitido o especial na origem (fls. 758-763 e 765-777), o Ministério Público Federal opinou pelo seu provimento (fls. 810-811).

Decido.

I. Admissibilidade

O recurso especial é tempestivo e preencheu os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, razões pelas quais comporta conhecimento.

II. Contextualização

Consta dos autos que os recorrentes foram denunciados como incurso nos arts. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, porque, segundo narrou a peça de acusação (fls. 2-3):

No dia 06 de julho de 2015, por volta das 1h20min, na Rua Primeiro de Setembro, 1779, Vila São José, em via pública, nesta Capital, os denunciados RONALDO DA SILVA RODRIGUES, vulgo "MANO" e PRINCE RODRIGUES MARQUES, juntamente com Luciano dos Santos Vargas, já falecido, todos em comunhão de esforços e conjugação de vontades, por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, desferindo disparos de arma de fogo, mataram a vítima ISAAC DE BRITO TERLAN, atingindo-o na região temporal esquerda, occipital à esquerda, peitoral direita e mamária direita, conforme auto de necropsia das fls. 34 da Cautelar, o qual aponta como causa da morte "hemorragia intracraniana e intratorácica consecutivas a múltiplos ferimentos por projétil de arma de fogo (bala)".

Torpe a motivação do crime, visto que cometido em razão do tráfico de drogas e seus consectários comerciais, em extremo desvalor à vida humana.

Também torpe a motivação do delito, pois os ofensores possuíam desavenças com a vítima por acreditarem que Isaac pertencia à facção diversa e rival.

O crime foi cometido mediante recurso que dificultou a defesa dos ofendidos, pois os denunciados estavam em vantagem numérica e preparada situação de preparada situação de armamento, atingido a vítima quando estava

desprevenida, voltando para casa de sua mãe, quando de, inopino, os acusados, que o seguiam, passaram a alvejá-lo com tiros de arma de fogo, inclusive na cabeça, em verdadeira execução.

Os denunciados RONALDO DA SILVA RODRIGUES, vulgo "MANO" e PRINCE RODRIGUES MARQUES concorreram para a prática do delito ao seguirem a vítima, ao desferirem disparos de arma de fogo contra o ofendido, ao ajustarem, planejarem e organizarem entre si a prática do delito, permanecendo juntos em todas as etapas da empreitada criminosa, bem como ao prestarem, com suas presenças, apoio moral e certeza de eventual auxílio, se solidarizando entre si para a prática da empreitada criminosa.

Encerrada a fase do *iudicium accusationis*, o Magistrado da 1ª Vara do Júri do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS pronunciou os acusados, em decisão assim fundamentada (fls. 611-620):

A pronúncia dos acusados RONALDO e PRINCE no que tange ao delito de homicídio qualificado é medida que se impõe.

Como cediço, a decisão de pronúncia consagra mero juízo de admissibilidade da acusação, devendo o julgador, em seu exame, ficar adstrito à existência de prova da materialidade do delito e suficientes indícios de sua autoria ou participação, não necessitando exame aprofundado da prova, o que deverá ser realizado pelos representantes da sociedade, que são os juízes naturais da causa.

A materialidade de todos os crimes veio estampada no relatório de informação (fls. 14/17), no boletim de ocorrência n. 1132/2015 (fls. 18/19), nos termos de declarações (fls. 21, 23/24 e 27/28), no auto de necropsia (fls. 34/38 e 176/177) e no laudo pericial 98224/2015 (fls. 157/169), bem como na prova oral coligida ao feito.

Os indícios suficientes de autoria também estão presentes.

Ao ser interrogado, o réu PRINCE negou as acusações, asseverando acreditar que estaria sendo acusado do homicídio em virtude de possuir uma desavença anterior com Dênis, visto que este indivíduo teria tentado matar o depoente e acabou sendo processado e condenado por este delito. Sendo que, depois disso, "Carol", companheira de "Dênis", teria tentado de diversas maneiras incriminar o depoente. Falou que conhecia a vítima e sabia do envolvimento de Isaac com outro homicídio. Igualmente, referiu conhecer o corréu RONALDO, de alcunha "Mano",

porém não sabia de sua relação com o fato criminoso. Explicou que a vítima Isaac teria participado da morte de Júlio que ocorreu no bar de Luciano, o qual também foi morto (fls. 394v/398).

O corréu RONALDO DA SILVA RODRIGUES, quando interrogado, também contestou sua participação com o homicídio de Isaac. Falou que soube do crime quando estava indo trabalhar e acreditava que teria relação com o o homicídio praticado pela vítima contra Júlio. Falou que a mãe de Isaac teria inventado as acusações contra sua pessoa (fls. 398v/402v).

Ao ser ouvida em juízo, a testemunha Arlete Catarina de Brito, mãe de Isaac, contou que RONALDO, vulgo "Mano", foi quem matou seu., filho e PRINCE teria contado -lhe que presenciou o fato e que deporiam contra RONALDO apontando-o como autor do crime. Disse que, logo após o homicídio de seu filho, recebeu ameaças do acusado RONALDO por meio de uma pessoa de sua confiança, a qual não iria identificar por medo que ela sofresse represálias. Contou que Isaac não tinha problemas com drogas ou armas. Explicou que RONALDO e PRINCE pertenciam a mesma turma, todavia, sabia apenas da participação do primeiro acusado referido e de Luciano, morto posteriormente, com o homicídio de seu filho. Revelou que a vítima executada com cinco tiros pelas costas. Falou que as testemunhas presenciais não compareceriam na audiência, pois todos temem por suas vidas. Esclareceu que o homicídio pelo qual seu filho foi investigado de participar era decorrente de briga de facções. Revelou que, em razão das ameaças sofridas, mudou-se do local dos fatos. Frisou que PRINCE teria referido testemunhar contra o acusado RONALDO (fls. 348/354v).

Claudemir José Terlan, pai da vítima, contou que seu filho foi morto por RONALDO, mas que havia mais pessoas envolvidas com o crime. Falou que não viu o homicídio, todavia as testemunhas que presenciaram temem por suas vidas, razão pela qual não prestariam depoimento. Disse ter ouvido falar que a motivação seria o tráfico de drogas e as brigas entre facções, bem como o homicídio supostamente perpetrado por Isaac contra Júlio. Revelou que sua ex-mulher teria sido ameaçada após os fatos. Falou que não procurou se envolver com os fatos envolvendo a morte de seu filho, mas teria ouvido falar algo sobre a família de Júlio teria procurado RONALDO para matar Isaac. Confirmou que, em sede policial, ter dito que PRINCE, além de

RONALDO, teria ameaçado seu filho de morte, e quem ambos "se fortalecem" (fls. 354v/359).

O policial civil Eduardo Campos Nunes esclareceu acerca da investigação recair sobre o réu RONALDO, vulgo "Mano", e ter como motivação do crime de homicídio o intenso tráfico de drogas que ocorre no local dos fatos (fls. 387/389).

A policial civil Luisa Schuz Lando disse, tão somente, que conhecia o acusado RONALDO de outras investigações (fls. 389/390).

Guilherme Ota, também policial civil, nada auxiliou para o esclarecimento dos fatos (fls. 390/392).

A testemunha Tamires Oliveira Pereira, namorada do acusado PRINCE, contou que o réu estava em sua companhia em casa no momento do homicídio de Issac. Disse que o pai de sua filha, Dênis, teria tentado matar a depoente e PRINCE, e, após esses fatos, falsas imputações de crimes e ocorrências policiais aconteceram (fls. 363/366).

Franklin Antônio Almeida, vizinho de PRINCE, apenas abonou a conduta do réu (fls. 366/367).

Em juízo, as testemunhas Marcos da Silva Castro contou que trabalhou com ambos os acusados (fls. 359/361); Renan Ouriques Oliveira relatou que laborou com RONALDO, mas conhecia PRINCE também (fls. 361/363); Carlos Alexandre Alves da Costa disse que conhecia os acusados, porém, era amigo de PRINCE, o qual já havia sido vítima de tentativa de homicídio e possuía desentendimentos no local onde morava (fls. 392/394v); Fernanda Bidigaray mencionou que trabalhava com RONALDO (fls. 393v/394v). Nenhuma das testemunhas sabia alguma coisa acerca do envolvimento dos réus com o fato criminoso.

Apesar de as testemunhas não terem presenciado os fatos, restou suficientemente evidenciado que RONALDO e PRINCE possuíam desentendimento com a vítima Isaac, bem como que os réus estavam envolvidos em outras práticas criminosas à época do fato. Em sede policial, há referências de que PRINCE estaria ameaçando o ofendido de morte, ao passo que RONALDO e Luciano, já falecido, estariam envolvidos com o homicídio de Isaac.

Cabe aqui mencionar que a avaliação e a atribuição de valoração diferenciada para uma ou outra prova, segundo o sistema adotado no Sistema Processual Penal Brasileiro, atribui ao julgador a tarefa de decidir sobre o grau de eficácia das provas.

Segundo a atual redação do artigo 155 do Código de Processo Penal, a prova produzida no inquérito policial não

pode ser usada como base exclusiva da condenação. Quer dizer, a prova produzida no inquérito policial não pode servir como prova principal, a ser confirmada pelas judiciais.

O contrário, entretanto, é admitido, ou seja, se houver respaldo na fase judicial, a indicar verdadeira a prova policial, poderão os elementos coletados na fase inquisitorial serem analisados de forma complementar.

[...]

É certo: a redação do dispositivo alterou o sistema de provas no processo penal brasileiro, de modo que, agora, os elementos do inquérito policial, se não respaldados pela prova judicial, são desprezíveis. Já o eram, por inteligência constitucional; porém, com respaldo legal, agora, podem os elementos colhidos na fase precedente ao processo serem utilizados como dados a complementar e robustecer o que se forjou a partir do contraditório.

[...]

Há duas versões nos autos. A negativa de autoria apresentada pelos réus, somada ao depoimento da mulher do acusado PRINCE, asseverando que seu companheiro estava em casa no momento dos fatos, em oposição às declarações fornecidas, em juízo, pelos familiares da vítima, afirmando que Issac estaria sendo ameaçado pelos acusados, os quais eram aliados para o cometimento de outros crimes, bem como pela mãe da vítima continuar sendo ameaçada pelo réu RONALDO após a prática do crime doloso contra a vida de seu filho.

Visível, portanto, a possibilidade de que tais réus sejam os autores do homicídio consumado ora analisado, uma vez que demonstrados estão os indícios suficientes de autoria em relação às suas pessoas, razão pela qual devem ser submetidos ao Plenário do Júri.

No que tange às circunstâncias qualificadoras descritas na denúncia, também foi evidenciada a plausibilidade de ambas no decorrer da instrução processual.

Saliente-se, no ponto, que a jurisprudência tende a deixar questões como essas à decisão do Tribunal Popular, somente permitindo a exclusão das qualificadoras pelo juiz singular quando há certeza de sua não incidência:

[...]

A prova oral indica que o homicídio em análise pode ter ocorrido em virtude do tráfico de drogas pertencente à vítima fatal. O motivo torpe não deve, assim, ser afastado neste momento processual.

Igualmente, não se pode afastar a possibilidade de que o

crime tenha sido cometido em razão de desavenças entre a vítima e os réus, os quais acreditavam que Isaac estaria pertencendo à facção diversa e rival. Este motivo torpe também deverá ser quesitado aos jurados.

No que diz respeito à utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima, há indícios de que o ofendido não pode esboçar defesa, sendo surpreendido por, no mínimo, três indivíduos, com inúmeros disparos no instante em que estava voltando para sua residência, desprevenida. Cabe, portanto, aos jurados deliberarem acerca de sua configuração.

Devida, portanto, a pronúncia dos réus RONALDO DA SILVA RODRIGUES e PRINCE RODRIGUES MARQUES pelas qualificadoras' capituladas nos artigos 121, parágrafo 2º, incisos I, por duas vezes, e IV, do Código Penal.

Sabe-se que, nos crimes dolosos contra a vida, vige o princípio do "*in dubio pro societate*", isto é, na dúvida prepondera o interesse da sociedade em manifestar-se, através de seus representantes, integrantes do conselho de sentença, após a amplitude dos debates em plenário.

Nesse enfoque, feita a análise superficial da prova, e, existindo elementos a indicar a autoria do réu, a remessa da acusação ao julgamento popular é medida que se impõe.

O Tribunal *a quo* retificou o *decisum* supra, ao dar provimento aos recursos das defesas dos réus, *in verbis* (fls. 726-730, destaquei):

Não obstante os fundamentos lançados pelo juízo *a quo*, tenho por bem reformar sua decisão no sentido de despronunciar os recorrentes em razão da insuficiência de indícios de autoria delitiva.

A decisão que pronuncia o réu a julgamento pelo Tribunal Popular exige um enfrentamento cauteloso, por parte do magistrado. Não se pode encaminhar a júri um caso em que o contexto probatório indique, de forma uníssona, a absolvição por insuficiência de provas. E mesmo em não se tratar de hipótese de sumária absolvição, é preferível optar pela impronúncia quando se vislumbra a ausência de futura condenação justa.

Em síntese, não merecem julgamento popular os casos rasos em provas, fadados ao insucesso, nos quais se privilegia a absolvição, ou a impronúncia, em detrimento de eventual injustiça possa vir a exsurgir das mãos dos jurados; de outra banda, o Tribunal do Júri é competente ao julgamento de feitos que contenham provas suficientes tanto para condenar

como para absolver, cujo destino repousa tão somente no desdobrar do acervo probatório.

Destarte, o juízo de admissibilidade da acusação exige, para sua prolação, a existência de provas da materialidade e indícios de autoria, não podendo o julgador, neste momento processual, abordar a questão meritória, sob pena de incursionar na competência do Tribunal do Júri.

Em que pese o aforismo *in dubio pro societate* seja reputado adequado a exprimir, quando da decisão de pronúncia, a inexigibilidade de certeza quanto à autoria do crime, certo é também que se exige o mínimo convencimento do julgador acerca da possibilidade desta na pessoa do agente para que se consagre o juízo natural na figura do Tribunal Popular.

E, no caso concreto, o acervo probatório é demasiado frágil a apontar indícios de autoria delitiva na pessoa dos réus.

Examinando os autos, percebe-se que nenhuma das testemunhas ouvidas em ambas as fases não presenciaram o fato.

Segundo consta, os pais do ofendido conseguiram apontar os réus como sendo os responsáveis pelos disparos de arma de fogo somente por comentários dos vizinhos, os quais não quiseram prestar seus relatos por medo de eventuais represálias, conforme narrado pelas testemunhas.

Em que pese a existência de relatos de eventuais desavenças entre os recorrentes e o ofendido em razão de práticas delituosas pretéritas, bem como suposta ameaça perpetrada pelo réu Prince em desfavor da vítima, não há outros elementos probatórios a amparar a ligação dos réus com o fato descrito na peça acusatória.

Além do mais, a existência ameaça perpetrada pelo réu Ronaldo contra a genitora da ofendida após o homicídio de Isaac também não se mostra elemento probatório suficiente a apontar que os denunciados foram os responsáveis pelos disparos de arma de fogo.

Como se vê, não foram ouvidas quaisquer testemunhas a corroborar as declarações externadas pelos genitores do ofendido, não obstante o fato tenha se passado em via pública, durante a madrugada.

Ainda que no procedimento do Tribunal do Júri a competência outorgada pela Constituição Federal ao Conselho de Sentença imponha uma restrição à cognição do juiz togado, limitando-o à verificação da materialidade do fato e dos indícios suficientes de autoria ou participação, é

inequívoco que o adjetivo suficientes está a qualificar o nome indícios.

Daí que, ao final da primeira fase do procedimento do júri, não basta a existência de meros indícios, ou de indícios frágeis, ou de quaisquer indícios. **O juízo de pronúncia exige a presença de indícios suficientes, o que remete à conclusão de que é necessário um início de prova, algo concreto a indicar a probabilidade de participação ou autoria.**

Percebe-se, pois, **que o conjunto dos elementos probatórios produzidos no curso do *judicium accusationis* não autoriza esse juízo de probabilidade da participação dos acusados no crime. As testemunhas arroladas pela acusação apenas confirmaram, em parte, a existência de boatos no sentido do envolvimento dos réus com o fato delituoso.**

Como visto, **a instrução processual se limitou a confirmar a existência de boatos.** Ocorre que a referência a comentários indicativos do envolvimento do acusado no delito autoriza apenas o start de diligências investigativas, ou quando muito a formação da *opinio delicti* pelo órgão acusatório, mas não o juízo de pronúncia. Isso porque, consoante precedentes jurisprudenciais, **é vedado o juízo de admissibilidade da acusação com fundamento nos testemunhos de "ouvir dizer", denominados *hearsay testimony*.**

[...]

Efetivamente, **tais referências - a ouvir dizer - enquadram-se no significado de indícios insuficientes de autoria ou participação, dada a sua frágil carga probatória.** Notadamente quando, como no caso em análise, nada mais haja nos autos a corroborar a hipótese acusatória.

Assim sendo, tenho que os elementos colhidos nos autos são demasiadamente frágeis a sustentar o juízo de pronúncia. Enquanto filtro de admissibilidade da acusação, apenas quando verificada a viabilidade da peça incoativa será caso de encaminhamento ao Tribunal do Júri, e tanto impõe ao juiz togado uma valoração mínima das provas.

Dessa forma, tendo em vista a absoluta inexistência de provas judicializadas que apontem os acusados como autores do delito, evidenciada a inviabilidade da tese acusatória já neste juízo de cognição sumária, é impositiva a despronúncia de Ronaldo e Prince, por ausência de indícios suficientes de autoria na pessoa dos recorrentes.

Destaco que a despronúncia dos réus não faz coisa julgada

material, sendo possível o restabelecimento da acusação mediante o oferecimento de uma nova denúncia, caso sobrevenham novos elementos probatórios a amparar a pretensão do órgão acusador, conforme o artigo 414, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Voto, pois, por dar provimento aos recursos defensivos, ao efeito de despronunciar os acusados Ronaldo da Silva Rodrigues e Prince Rodrigues Marques, com fundamento no artigo 414 do Código de Processo Penal.

III. Impossibilidade de pronunciar os réus – ausência de violação dos dispositivos infraconstitucionais apontados pelo recorrente

A norma segundo a qual a testemunha deve depor pelo que sabe *per proprium sensum et non per sensum alterius* impede, em alguns sistemas – como o norte-americano –, o depoimento da testemunha indireta, por ouvir dizer (*hearsay rule*). No Brasil, embora não haja impedimento legal a esse tipo de depoimento, “não se pode tolerar que alguém vá a juízo repetir a *vox publica*. Testemunha que depusesse para dizer o que lhe constou, o que ouviu, sem apontar seus informantes, não deveria ser levada em conta” (TORNAGHI, Helio. Instituições de processo penal. v. IV. Rio de Janeiro: Forense, 1959, p. 461).

A razão do repúdio a esse tipo de testemunho se deve ao fato de que, além de ser um depoimento pouco confiável, visto que os relatos se alteram quando passam de boca a boca, o acusado não tem como refutar, com eficácia, o que o depoente afirma sem indicar a fonte direta da informação trazida a juízo.

Nesse sentido também é a clássica lição de Manzini, ao asserir que “os depoimentos por ouvir dizer não têm caráter de prova testemunhal, mas podem considerar-se somente como elementos não seguros de informação, com base nas quais se pode eventualmente chegar à prova verdadeiramente testemunhal” (“*le deposizioni per sentito dire non hanno carattere di testimonianza, ma possono considerarsi soltanto come elementi non sicuri d'informazione, in base ai quali si può eventualmente risalire alla vera testimonianza*”) (MANZINI, Vincenzo. Trattato di diritto processuale penale italiano. v. 3. Turim: UTET, 1932, p. 189).

Ocorre que, segundo o acórdão impugnado, há apenas prova extrajudicial produzida com testemunho de "ouvir dizer", há elementos inquisitoriais, não corroborados judicialmente, que apontam, em

tese, a autoria delitiva.

Assim, no caso concreto, é possível constatar que a instância *a quo* decidiu pela despronúncia dos ora recorridos haja vista que a prova extrajudicial foi produzida com base em testemunhos de "ouvir dizer", que não possui aptidão para sustentar indícios mínimos de autoria a autorizar a submissão dos réus a julgamento perante a Corte Popular.

O acórdão, portanto, vai ao encontro da firme jurisprudência desta Corte, o que me permite o julgamento monocrático deste recurso nos termos da Súmula n. 568 do STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema. (Súmula 568, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/03/2016, DJe 17/03/2016)

IV. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. art. 34, XVIII, "b", parte final, do RISTJ, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator